

Ofício nº 1766/2014-DG

Natal, 02 de dezembro de 2014.

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN  
Avenida Coronel Martiniano, 993 – Centro.  
59.300-000 – Caicó/RN

Assunto: **Dispensa de Licença sob o nº 2014-078993/TEC/DL-0104**


Prezado Senhor,

Comunicamos a Vossa Senhoria que de acordo com Parecer Técnico anexado aos autos processuais sob o nº 2014-078062/TEC/DL-0093 (fls. 65 a 72), este Instituto se posiciona FAVORÁVEL à Dispensa de Licença requerida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ, referente a viabilidade ambiental para a pavimentação e recapeamento asfáltico no referido Município por não ocasionar impacto ambiental significativo e ter um potencial de causar impacto ambiental desprezível, além de não constar na lista de atividades ou empreendimentos que são passíveis de licenciamento ambiental da Resolução CONEMA Nº 04/2006, alterada pela Resolução CONEMA Nº 02/2011, devendo, no entanto, atender as seguintes condicionantes:

1. O Empreendedor deverá instalar e operar o empreendimento de acordo com os Projetos e informações apresentadas e as recomendações do IDEMA, devendo qualquer alteração ser comunicada para prévia análise deste Instituto;
2. O empreendedor será responsável por qualquer acidente ou impacto ambiental (erosão, inundação, poluição, etc.) decorrentes da implantação e/ou operação do empreendimento, ficando obrigado a corrigir ou alterar o seu sistema de drenagem de águas pluviais, caso seja comprovada a necessidade, devendo comunicar o fato de imediato a este Instituto;
3. O Empreendedor no momento da implantação dos serviços a serem executados nessas ruas, avenidas e calçadas, deverá atender aos requisitos para acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme disposto nas Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, e os parâmetros técnicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas na NBR 9050:2004;

4. O empreendedor deverá manter toda a área do empreendimento limpa e organizada devendo acondicionar, tratar e dispor adequadamente os resíduos sólidos e efluentes líquidos/sanitários gerados na atividade, bem como, separar todo material reciclável e destiná-lo a cooperativas/usinas de reciclagem, não sendo permitido, em hipótese alguma, o acúmulo a céu aberto em áreas interna ou externa ao empreendimento, mesmo em caso de emergência, devendo colocá-los em local de fácil limpeza e fora do alcance de animais, para evitar que o mesmo seja violado até ser recolhido e/ou enviado para local ambientalmente adequado;
5. O Empreendedor fica ciente de que só poderá utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.), de áreas licenciadas pelo IDEMA, como também só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas por este instituto;
6. O Empreendedor fica responsável pela manutenção e preservação das espécies a serem plantadas na execução do ajardinamento;
7. O Empreendedor deverá observar as normas pertinentes às obras, principalmente as relacionadas com sinalização e procedimentos que visem evitar acidentes com trabalhadores e motoristas durante a execução das obras;
8. O empreendedor fica ciente de que não poderá armazenar rejeitos da construção civil diretamente no solo, mesmo que temporariamente, sob risco de contaminação, devendo cumprir a Resolução CONAMA 307 de 5 de Julho de 2002 e suas alterações, além de destinar o bota-fora da obra seguindo as normativas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 02 de Agosto de 2010;
9. O empreendedor fica ciente de que os níveis de ruídos gerados pelo empreendimento devem atender o que estabelece a Lei Estadual nº 6.621/1994, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e condicionantes do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências;
10. O empreendedor fica ciente de que deverá comunicar à empresa responsável pela execução das obras do empreendimento, que o Canteiro de Obras é objeto de uma Autorização Especial - AE, devendo estar de acordo com as normas técnicas e de controle ambiental, principalmente com relação ao sistema de esgotamento sanitário, gestão e destino final dos resíduos sólidos;
11. O Empreendedor fica responsável pela manutenção do mobiliário urbano (bancos, lixeira seletiva) e dos equipamentos que vierem a ser implantados.

Atenciosamente,

  
**MANOEL JAMIR FERNANDES JUNIOR**  
Diretor Geral